

DIREITO À VIDA

ALMEIDA, Gianluca Guedes de¹
FERNANDES, Júlia Romani²
SOARES, Milena Batista³
Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁴
Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁵

RESUMO: O presente projeto extensionista, da ação de curricularização, disciplina do 1º ano do curso de Direito, da Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, traz em suas especificações as explicações sobre o tema “Direito à vida”. Nesse projeto buscaremos conscientizar os alunos do ensino médio sobre “Qual o valor da vida?”, trazendo como exemplos a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA terá prioridade no programa devido à sua conexão com a realidade dos alunos, visto que, esses são sujeitos de Direitos e necessitam desse conhecimento para a vida. Trataremos sobre a importância do Direito à Vida e como esse é amparado pelo Código Penal apresentando as sanções para aqueles que lesam contra esse direito. Será abordado a inviolabilidade desse Direito e seu significado. Após, será apresentado um breve vídeo relacionado com o julgamento de Orenthal James Simpson, um caso sobre homicídio que, embora tenha acontecido nos Estados Unidos, é um excelente exemplo de violação à vida. Ademais, será explicado o formato do julgamento de O.J Simpson, salientando como esse ocorreu no âmbito penal, explicando as funções do juiz e do júri. Ao final do projeto, será feita uma gincana com os alunos, na qual será dividida a turma, realizando um jogo de perguntas e respostas a respeito do vídeo, da explicação sobre o direito à vida e como se constitui o julgamento.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; Estatuto da Criança e do Adolescente; O.J Simpson; julgamento; vida.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30/07/2023

¹Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: gianluca.g.almeida@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: juliaromanifernandes@gmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: milenabatistasoares313@gmail.com

⁴Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁵ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.



I Seminário de Extensão em Direito - I SEEXTD

"Pesquisa e Extensão em Direito: reflexões contemporâneas"

4 e 5 de dezembro – UNESPAR – Apucarana/PR

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069,** de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

NEVES, José Roberto de Castro. **Os grandes julgamentos da História.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

